

**PRODUÇÕES ARTESANAIS DO GRUPO DE MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ARTESANATOS QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA****CRAFTSMANSHIPS BY THE WOMEN'S GROUP OF THE ASSOCIATION OF RURAL WORKERS OF FAMILY AGRICULTURE AND CRAFTS QUILOMBO LAGOA DOS ANJOS: APPROACHES AND DISTANCES FROM THE SOLIDARITY ECONOMY**

Naydson Manoel Ataíde Costa<sup>1,\*</sup> /  
Jaqueline dos Santos Cardoso<sup>2</sup>

**Introdução**

Este texto é parte do estudo desenvolvido na Linha de Pesquisa: Ensino, Sociedade e Ambiente, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI – Caetitê – BA. Nesta pesquisa de Mestrado investigou as contribuições das práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos (Candiba – Bahia) na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos.

**RESUMO**

Este texto é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Práticas de gestão na Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos: experiências de mulheres produtoras de artesanatos”. Este estudo partiu da seguinte pergunta de pesquisa: De que maneira as práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos no município de Candiba – Bahia, contribuem na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos? Foi um estudo de abordagem qualitativa, utilizou de um conjunto de instrumentos de pesquisa, a saber: entrevista (individual e coletiva), diário de campo, observação e registro fotográfico. Neste texto, discutiremos a gestão das práticas artesanais desse grupo de artesãs, destacando as aproximações e distanciamentos em relação à economia solidária.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola; Mulheres artesãs; Produções artesanais; Economia solidária.

**ABSTRACT**

This text is part of the master's research entitled “Management practices in the Remnant Community of Quilombo Lagoa dos Anjos: experiences of women producers of handicrafts”. This study started from the following research question: How the management practices of women artisans of the Association of Rural Workers of Family Agriculture and Handicrafts Quilombo Lagoa dos Anjos in the municipality of Candiba - Bahia, contribute to the organization, sharing of know-how and Marketing your products? It was a study with a qualitative approach, using a set of research instruments, namely: interview (individual and collective), field diary, observation and photographic record. In this text, we will discuss the management of the craft practices of this group of artisans, highlighting the similarities and differences in relation to the solidary economy.

**Keywords:** Quilombola Community; Artisan women; Craft productions; Solidarity economy.

*Submetido em:* 02 de nov. 2022

*Aceito em:* 26 de jan. 2023

<sup>1</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Bom Jesus da Lapa, Bahia – Brasil.

<sup>2</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Caetitê, Bahia – Brasil.

\*E-mail para correspondência: naydsoncosta@hotmail.com

A escolha de pesquisar essa temática vem da minha formação em Bacharel em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Guanambi - Bahia, das experiências profissionais que tive como Agente de Orientação Empresarial (AOE) no Programa Negócio a Negócio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) entre os anos de 2012 e 2018 e atualmente do meu trabalho como docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVII da UNEB em Bom Jesus da Lapa.

No trabalho como AOE, pude acompanhar durante esses anos como os (as) empresários (as) lidavam com a gestão de suas empresas e como os conhecimentos relacionados à administração/gestão eram compartilhados nesses espaços. Essa experiência colocou-me em contato com empresários e empresárias de atividades comerciais diversas, como salões de beleza, supermercados/mercadinhos, empresas de vestuários e calçados, lanchonetes, artesãs, costureiras, restaurantes, dentre tantas outras atividades. As organizações atendidas eram empresas informais, Microempreendedores Individuais (MEI) e Microempresas. Na função de AOE, tinha que realizar 03 (três) visitas a cada empresa por ano, visando a diagnosticar, orientar e implementar planos de ação que auxiliassem na gestão dessas organizações.

Durante os atendimentos realizados a essas organizações empresariais, foi possível observar os diferentes modos de gestão adotados pelos/as empresários (as). A gestão dessas organizações se diferenciava em relação a algumas características específicas, como os tamanhos dessas organizações, a formação dos empresários (as), a localização e os tipos de empresas e, principalmente, se elas eram gerenciadas por homens ou mulheres. Observava-se que em alguns momentos eram adotadas práticas mais formais, com o uso de técnicas e ferramentas de gestão bem estabelecidas (planilhas, sistemas gerenciais, divisão de cargos e tarefas, etc.) e, em outros casos, a gestão e práticas estabelecidas pelos (as) empresários (as) aconteciam de maneira mais informal. O compartilhamento de saberes-fazer nessas organizações também seguia um pouco dessa lógica da formalidade e informalidade, bem como relacionado às características evidenciadas anteriormente.

Ao chegar à Universidade na condição de professor, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, desde 2018, e como professor cooperador por dois semestres (2019.1 e 2019.2) no Departamento de Educação Campus XII – UNEB, Guanambi, observei que as teorias e os estudos sobre gestão em sua maioria, estavam direcionados às organizações com finalidades lucrativas ou organizações das instituições formais públicas, exceto os casos em que se podia refletir sobre o associativismo e o cooperativismo e, mais raro ainda, a gestão praticada por mulheres, o que me deixava ainda mais incomodado com o distanciamento que essa compreensão de práticas de gestão tomava em relação às muitas organizações onde as mulheres assumiam essas funções e das organizações não formais ou informais.

O modo de produção de artesanatos sempre me chamou a atenção, talvez tenha relação por eu ter crescido vendo minha mãe confeccioná-los. Ao visitar diversos espaços, feiras, eventos e centros de artesanatos onde as peças eram comercializadas, ou ao visitar e conhecer novos lugares, o meu interesse era conhecer um pouco das histórias desses produtos e de sua gente, as suas origens, seus significados, suas práticas de produção ali representadas através de uma peça de barro, uma colcha de tricô, uma renda, uma produção de bebidas ou outros artefatos do gênero. O interesse nesses artefatos estava relacionado também ao processo de gestão dessa produção e isso foi-se tornando objeto de reflexões em minhas aulas na universidade. Ao visitar a Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos no município de Candiba, no ano de 2019, para conhecê-la, mantive contato informalmente com uma das mulheres arte-

sãs, o que fez com que eu me decidisse a desenvolver este estudo com o coletivo de mulheres artesãs dessa comunidade.

A partir da visita à Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos, emergiram algumas indagações em relação ao trabalho desse coletivo de mulheres artesãs, tais como: O que as levou a produzir artesanatos? Quais as dificuldades enfrentadas por este coletivo desde o processo de produção até a comercialização dos seus produtos? Em quais espaços são expostas e comercializadas suas produções? O que mudou em suas vidas a partir do momento em que começaram a se organizar, produzir e comercializar seus produtos? O que elas têm aprendido e ensinado em relação à gestão? Em que medida elas compartilham seus saberes-fazer de gestão?

Essas problematizações levaram à seguinte pergunta de pesquisa: De que maneira as práticas de gestão de mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos contribuem na organização, compartilhamento de saberes-fazer e comercialização dos seus produtos?

Neste texto trazemos além da sua introdução, abordaremos sobre as questões metodológicas da pesquisa; alguns aspectos históricos, sociais e políticos da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos; refletimos sobre a gestão das práticas artesanais do grupo de artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos apontando as: Aproximações e distanciamentos em relação à economia solidária e; por fim, as considerações finais.

### Questões metodológicas da pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo, adotaremos a abordagem qualitativa de pesquisa, entendendo-a como aquela que se preocupa com um nível de realidade em que o conhecimento é produzido entre o sujeito e o objeto do conhecimento na relação indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo dos indivíduos (BORGES, 2020). Assim, o importante nesse processo são os significados visíveis e invisíveis das ações sob o “olhar” dos indivíduos participantes da pesquisa, as aspirações, as crenças, os valores, as atitudes (MINAYO, 2007), as quais não podem ser exclusivamente captáveis por meio de variáveis numéricas. Nessa perspectiva, o material de campo da pesquisa foi produzido na relação entre o pesquisador, o pesquisado e o meio social em que a ação acontece.

Embasado nesse entendimento, utilizamos um conjunto de instrumentos de pesquisa<sup>3</sup> igualmente úteis ao objeto investigado, a saber: entrevista individual e em grupo, diário de campo, observação e registro fotográfico, não necessariamente nessa ordem.

No que se refere às entrevistas individuais<sup>4</sup> (TAQUETE; BORGES, 2020), estas foram realizadas com oito artesãs do grupo<sup>5</sup>, seguindo um roteiro semiestruturado com questões fechadas e abertas, visando a captar informações referentes aos aspectos socioeconômicos e demográficos (tamanho da família, renda familiar, escolarização, tempo de inserção no coletivo de mulheres artesãs), práticas de gestão e compartilhamento de saberes-fazer, dentre outras ques-

<sup>3</sup>Nos aspectos dos cuidados éticos da pesquisa com seres humanos, o estudo segue as orientações propostas pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a resolução 510/2016 da área de Ciências Humanas e Sociais, disponibilizando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); Termo de autorização de imagem para todas as participantes. Convém ressaltar que a realização desta pesquisa tem a aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia conforme parecer substanciado número 4.586.878. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>. Acesso em: 11 de mar 2021.

<sup>4</sup>Realizadas nos dias 01 e 08 de maio de 2021.

<sup>5</sup>As participantes da pesquisa são denominadas no estudo com nomes fictícios extraídos a partir das suas características descritas nas falas sobre si durante as entrevistas. As artesãs são identificadas como: Resistência, Inspiração, Decidida, Generosa, Tímida, Alegre, Paciência e Simplicidade.

tões. Os registros das entrevistas foram realizados por meio de gravações através de gravador após o consentimento das participantes, depois transcritos pelo pesquisador.

Quanto ao diário de campo, foi construído durante todo o percurso da investigação, de forma organizada e sistematizada desde o primeiro momento de entrada no campo de pesquisa. Assim, tem-se registrado tudo o que se observou desde a descrição do lugar, das pessoas, dos objetos, dos acontecimentos, percepções e impressões pessoais, resultados de conversas informais, bem como as angústias, as manifestações das interlocutoras, as reflexões do pesquisador, enfim, o visto e no não visto no contexto da investigação (ANGROSINO, 2009).

Todo o percurso investigativo foi registrado por meio da fotografia, utilizando-se de câmera fotográfica e drone. A preocupação aqui não é apenas fazer o registro dos acontecimentos para fins de comprovações das atividades, mas tecer relações entre o texto imagético e os demais textos registrados pelos outros instrumentos de pesquisa. Fotografar “implica em escolhas e recortes, dando relevância ao ponto de vista de quem fotografa e a imagem, nesse sentido, deixa de ser somente ilustração de descrições, mas possibilidade de construção a partir de outra forma de escritura.” (TITTONI, et al, 2010, p. 63). Desse modo, o que a fotografia nos revela sobre as práticas de gestão das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos? A fotografia subsidiou o registro de detalhes dos espaços, contexto e rituais (LIMA; NAZÁRIO, 2014). Nesse sentido, entendemos que a fotografia contribuiu significativamente para o processo de investigação, somando-se com as entrevistas, as observações e o diário de campo.

Após a realização das entrevistas individuais com as artesãs, foi realizada a entrevista em grupo<sup>6</sup>, a qual aconteceu depois da qualificação do projeto de pesquisa, objetivando-se retomar algumas questões com as artesãs sobre as práticas de gestão, o processo de organização, compartilhamento de saberes-fazeres, comercialização da produção e os desafios enfrentados por elas, bem como sobre a elaboração do Produto Educacional (PE), requisito do Mestrado Profissional.

Esse momento coletivo aconteceu do lado de fora do salão da Igreja Católica da comunidade devido a estar este sendo usado com a catequese das crianças. O pesquisador procurou respeitar a opinião de cada participante no decorrer da conversa coletiva, a qual foi gravada através de gravador e transcrita pelo pesquisador. Das oito artesãs que participaram das entrevistas individuais, quatro não puderam participar da entrevista em grupo: duas delas estão morando em outras cidades em decorrência dos estudos, uma já não está fazendo parte do grupo e uma não pôde estar presente.

Após o levantamento das informações, realizamos a fase de análise e interpretação dos dados. Segundo Taquette (2020), esta fase tem por premissa compreender e interpretar os dados, considerando os questionamentos levantados e o objetivo da pesquisa e que esse processo deve ser sistemático e compreensivo, contudo não precisa ser rígido. Essa autora ressalta que, “em qualquer técnica de análise, a interpretação é a principal ação da pesquisa, está presente em todo o seu processo e constitui a parte essencial da análise” (TAQUETTE, 2020, p.118) e que na pesquisa qualitativa ela deve estar presente desde o início da investigação.

No sentido de uma organização didática, segundo Taquette (2020), o tratamento dos dados qualitativos pode ser dividido em três etapas interrelacionadas: a descrição, a análise e a interpretação em diálogo constante com o referencial teórico da pesquisa e outros estudos acerca da temática. Assim sendo, adotou-se, como procedimentos de análise e interpretação dos dados do estudo sobre as práticas de gestão das mulheres artesãs da Comunidade Remanescente

<sup>6</sup>A entrevista em grupo foi realizada no dia 09/04/2022.

de Quilombo Lagoa dos Anjos Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, seguir uma metodologia sistemática e contextualizada, na perspectiva de captar os significados, os pontos comuns, as divergências, ir além das falas e dos fatos narrados pelas participantes do estudo e as impressões do pesquisador diante das condições sociais e históricas em que as mulheres da pesquisa estão envolvidas.

O processo de leituras e releituras dos materiais captados por meio dos diferentes instrumentos de pesquisa visou à categorização dos dados, ou seja, agrupar elementos, ideias acerca de um determinado conceito no intuito de construir as categorias em consonância com os objetivos e o aporte teórico do estudo e, conseqüentemente, elaborar a dissertação e o produto educacional.

É necessário enfatizar que toda investigação exige um planejamento, todavia este, sobretudo quando a pesquisa é de abordagem qualitativa, deve ser flexível, aberto a possíveis alterações no decorrer do processo da pesquisa e análises de seus dados. Nesse sentido, a princípio estava previsto realizar a análise de alguns documentos, a exemplo do livro de Ata da Associação da comunidade, o que não foi possível devido à reorganização temporal em virtude da pandemia da COVID-19<sup>7</sup>. Compreendemos que fazer pesquisa não é um ato desconectado do processo histórico, portanto esse fato impactou mundialmente nos tempos-espacos vivenciados por todos nós, o que não foi diferente com o processo de realização da pesquisa no contexto da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos. A pandemia nos fez rever a vida cotidiana, as relações de convivências, enfim, no início, tudo era muito novo, não sabíamos como lidar com a situação imposta, aos poucos, a ciência foi apontando “caminhos” para enfrentarmos esse mal que tirou muitas vidas no mundo todo.

Por último, considerando que não há, no ambiente de pesquisa, mera execução de tarefas desprovidas de sentido e de significado, fazer este estudo, no contexto da pandemia, tem um significado de crença na ciência; desse modo, espera-se que esta pesquisa, que foi gestada e desenvolvida num momento histórico tão assustador, possa suscitar muitas indagações, análises, (re)construção de saberes e fazeres referentes às práticas de gestão e compartilhamento de saberes-fazeres das mulheres artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, contribuindo, assim, com a qualidade das práticas de gestão e colaborando com o desenvolvimento social e regional.

Compreendemos que o estudo oportunizou pensar, juntamente com as mulheres artesãs, sobre as tensões que atravessam o meio social em que elas estão inseridas, proporcionando, de forma coletiva, sentidos que poderão ser essenciais para a vida de mulheres quilombolas que estão na resistência e contribuindo com a geração de renda e protagonizando suas histórias.

### **Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos, Candiba-Bahia**

A Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos faz parte da Fazenda Gamileirinha, situada aproximadamente a 5km da sede Candiba, certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2011 (BRASIL, 2017), sendo a única certificada no município até abril de 2022. A Comunidade Lagoa dos Anjos leva este nome devido a ficar pró-

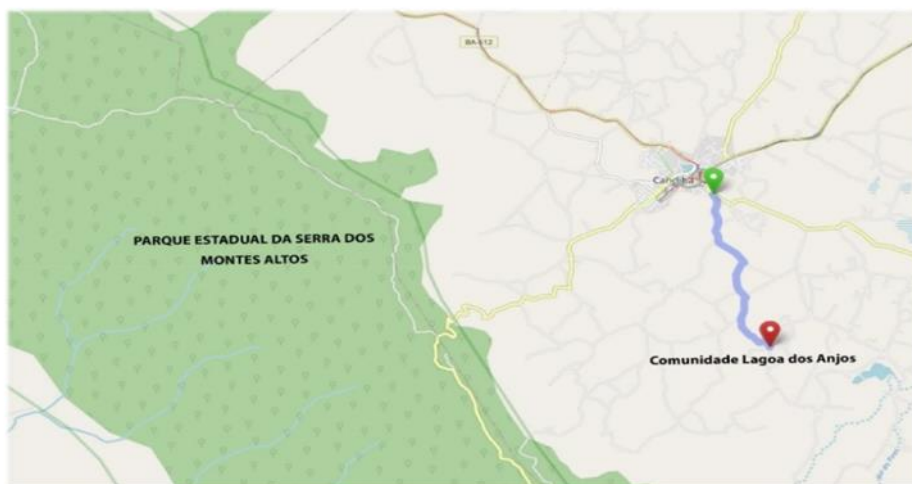
---

<sup>7</sup>Segundo Souza (2016), desde o final do ano de 2019, o mundo enfrenta uma crise após a descoberta de um novo vírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de fevereiro de 2020 estabeleceu a nomenclatura oficial, quando o vírus foi denominado coronavírus-2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) e a doença infecciosa do coronavírus-19 (COVID-19), adotando medidas de prevenção como o distanciamento social, o uso de máscara e álcool em gel. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbSsynCQRWjpXJL9m/?lang=pt>. Acesso em: 01/11/2021.

xima a uma antiga lagoa (que foi aterrada) e em cujas margens eram enterrados os bebês recém-nascidos, chamados de anjinhos pela comunidade. Para não perder por completo a memória dessa história, nomeou-se a comunidade de Lagoa dos Anjos<sup>8</sup>.

O itinerário da sede do município até a Comunidade de Lagoa dos Anjos passa por algumas fazendas, como Sítio Lagoa do Eugênio, Fazenda Arrogante e Fazenda Mulungu. Ao longo desse caminho os moradores das fazendas próximas estão sempre dispostos a auxiliar com algum tipo de informação que facilite a chegada à comunidade. É muito comum, em cidades pequenas e principalmente em comunidades rurais, o modo como as pessoas transmitem essas informações de acesso às localidades. Geralmente em suas falas, as indicações de qual estrada seguir estão associadas a bares, caixas d'água, chafarizes, o que ajuda a não se perder entre muitas possibilidades de caminhos.

**Mapa 1** – Itinerário da Sede do Município de Candiba à Comunidade de Lagoa dos Anjos



**Fonte:** (Adaptado do Site OpenStreetMap).

A construção que serve como referência de chegada à comunidade é o salão da Igreja Católica. Conforme foi informado pela presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, por não ter ainda a sua sede, funciona no salão da igreja. O Salão é o espaço coletivo que funciona como local para celebração religiosa e também para os eventos da comunidade, como as reuniões da associação, os cursos, palestras, reuniões políticas, bem como os encontros das mulheres artesãs da comunidade que se reuniam duas vezes por semana, antes do período da pandemia, para a produção e organização dos seus artesanatos (Fotografia 1).

A construção fica dentro de uma área cercada, com algumas árvores à sua volta e este espaço externo é utilizado para eventos maiores da comunidade. Na parte interna do salão encontramos um pequeno altar com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e de São Benedito. Ainda compondo o cenário interno do salão, encontra-se um quadro de aula que é utilizado para os encontros de formação dos/das moradores/as da Comunidade e bancos de madeira comuns em uma igreja.

<sup>8</sup>Informações disponíveis em: <http://linksertao.blogspot.com/2015/02/quilombo-lagoa-dos-anjos-candiba-bahia.html>. Acesso em 08 de dez 2020.

**Fotografia 1** – Salão da Igreja Católica da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos



**Fonte:** (Arquivo do autor, 2021)

Atualmente, conforme informações obtidas por meio de conversa informal com as participantes da pesquisa existem aproximadamente trinta famílias residindo na Comunidade Lagoa dos Anjos. São famílias compostas por trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem numa luta diária para resistir e existir no campo, (re)construindo suas histórias neste território. Quanto à Associação, são quase duzentos moradores da comunidade associados, os quais contribuem cada um/a com uma taxa de dois reais por mês para custear as despesas da Associação.

A história dessa comunidade é marcada pela (re)existência e produção de culturas materiais e imateriais baseadas no fator parentesco e no manejo coletivo e individual da terra, elementos que contribuíram para o seu reconhecimento. No artigo 2º do Decreto Federal nº 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos consideram-se como remanescentes das comunidades quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (BRASIL, 2003, p.1).

Nesse sentido, entende-se que a comunidade Lagoa dos Anjos é constituída por população negra rural que se autodefine a partir das relações com a terra, com o parentesco, com o território, com a ancestralidade, as tradições e suas práticas culturais. Um elemento importante que merece destaque nessa reflexão acerca da Comunidade Lagoa dos Anjos é que nem todas as pessoas são negras, existem pessoas brancas como nos foi relatado pelas artesãs, inclusive isso foi um problema no momento da vacina contra a COVID-19, uma vez que os quilombolas entraram nos grupos prioritários de vacinação e, segundo as participantes da pesquisa, quando chegava uma pessoa branca da comunidade para se vacinar, não era vacinada.

As mulheres relataram a dificuldade que enfrentaram para “convencer” a equipe de vigilância epidemiológica do município de que essas pessoas faziam parte da comunidade quilombola. Elas contaram que, às vezes, o marido preto era vacinado e a mulher branca, não, a mulher preta era vacinada e o marido branco, não. “Foi uma luta para resolver esse problema”, relata Resistência (2022).

Para colocar em relevo as comunidades remanescentes de quilombo, é necessário voltar na história para recuperar alguns elementos importantes, a exemplo do entendimento do conceito de quilombo. Segundo Santos (2012), o conceito de quilombo encontra-se em pleno processo de redefinição com o dispositivo da Constituição Federal de 1988, que prevê a titulação das terras para as comunidades remanescentes de quilombos. Para Araújo (2012, p.101), a denominação remanescente de quilombo é usada para conferir direitos territoriais e que “vem sendo utilizada em paralelo ou da mesma forma, que comunidades negras rurais ou terra de pretos”. A recriação deste conceito promove uma releitura das relações sociais que constituem os quilombos. No entendimento de Santos (2012), no período colonial brasileiro, o significado do termo quilombo estava associado aos agrupamentos de fugitivos negros e não negros, à formação de territórios. Nesse contexto, os quilombos eram “sinônimos de liberdade para uns e ameaça (de roubos, de libertação de escravizados, de guerrilhas etc.) para outros”, como também uma “possibilidade de inserção num sistema de produção e repartição social mais igualitária, sendo, com isso, um modelo alternativo de sociedade que engendrava um confronto com o modelo escravista”. (SANTOS, 2012, p.651).

Almeida (1999) ressalta que a aceção de quilombo trazida pelo Conselho Ultramarino de Portugal, em 1740, estrutura-se em cinco categorias analíticas. A fuga, a quantidade de fugidos, o isolamento geográfico, a moradia habitual, ou seja, o “rancho”, o autoconsumo e a capacidade de reprodução, simbolizados na figura do pilão de arroz. A Constituição Federal de 1988, no artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, traz um novo entendimento para o termo quilombo, em que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Na concepção de Santos (2012, p. 651),

esse dispositivo constitucional vai permitir que as lutas quilombolas sofram uma transformação na percepção que a sociedade tem dos quilombos, efetuando-se uma reconfiguração simbólica (com a atribuição de uma dimensão política) do ser descendente de escravos na qual se confere relevo a dimensão da resistência à escravidão.

Essa conquista constitucional rompe com o silenciamento a respeito da quilombagem, sobretudo, no contexto escolar, pois só se falava do Quilombo dos Palmares. Essa conquista abre os caminhos para a conscientização da condição imposta de escravidão, e uma nova interpretação e alargamento conceitual acerca do termo quilombo, o qual ressurge como “símbolo de lutas dos negros (no passado e no presente), significado que vinha sendo construído pelo movimento negro brasileiro” (SANTOS, 2012, p.652).

O alargamento do alcance do conceito de expressão de uma forma de organização e existência no passado para definidor de direitos no presente impulsiona uma releitura da formação do território brasileiro e, nesse sentido, constitui novas formas de articulação entre o passado e o presente – o que cria novas possibilidades de futuro para as comunidades quilombolas. As definições que vão surgindo, e que ressaltam a formação de sujeitos coletivos, processos identitários, territorialidades e de patrimônio cultural, entre outros aspectos mobilizados como traços diacríticos, retiram da história o monopólio na instituição de representações do que é ou não quilombo (SANTOS, 2012, p.652).

É necessário destacar que, após a abolição da escravatura, em 1888, o Brasil e outros países das Américas vivenciaram um projeto de branqueamento da população, o qual foi pautado num ideário de superioridade racial do branco sobre os não brancos, o que acabou interferindo nas relações de trabalho e fortalecendo um processo de segregação de base racial. No século XX a ideologia do racismo é refuncionalizada, sobretudo a partir do processo de industriali-



zação com a forma hegemônica das relações capitalistas. Na sociedade capitalista o racismo se manifesta nas experiências concretas de indivíduos e grupos, em diferentes eixos de discriminação: pela cor da pele, pela cultura, pela religiosidade, por saberes, por práticas culturais dentre outros aspectos (SANTOS, 2012).

Há de se destacar que, com a promulgação do decreto presidencial nº 4.887/2003<sup>9</sup>, conquista do Movimento Negro, os remanescentes de comunidades quilombolas passam a ser compreendidos como “grupos étnico-raciais, segundo a critérios de autoatribuição, como trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Esse decreto avança na perspectiva do reconhecimento da identidade étnica dos grupos raciais das comunidades remanescentes de quilombos. Nesta mesma direção, ao estabelecer o critério da autoatribuição para que os quilombolas possam pleitear suas terras, o Estado os reconhece como sujeitos de direitos, possibilitando protagonismo desses sujeitos no processo de demarcação de seus territórios.

Para Jatobá (2015, p. 14), “a certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade como remanescente de quilombo”. No Brasil, aproximadamente, 250 comunidades aguardam sua certificação conforme a atualização dos dados da Fundação Cultural Palmares em 21 de fevereiro de 2020. Jatobá (2015, p.30) sublinha que “o processo de reconhecimento pelo Estado de uma comunidade quilombola passa pela sua inscrição no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP).” Isso é fundamental para os quilombolas terem garantida sua reprodução nas diversas dimensões da vida. Além disso, esse reconhecimento pelo Estado é ponto de partida para acessar determinadas políticas públicas destinadas aos povos quilombolas, a exemplo do Programa Brasil Quilombola, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>10</sup>, agregando ações voltadas para as comunidades remanescentes de Quilombo nos eixos “Acesso a Terra”; “Infraestrutura e qualidade de vida”, “Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local” e “Direitos e Cidadania<sup>11</sup>”.

No tocante ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), Souza (2016) ressalta que este consolidou os marcos da política de Estado para as comunidades quilombolas, a partir dele foi instituída a Agenda Social Quilombola pelo Decreto 6.261/2007 (BRASIL, 2007). Nesse processo de reconhecimento de sujeito de direito, destacam-se as políticas de ações afirmativas, as quais criam as condições para que grupos historicamente alijados dos processos de inclusão social no país tenham condições reais de acesso ao ensino superior e de qualidade.

Essas conquistas são importantes para que a população negra seja reconhecida como sujeito de direitos, a exemplo da certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Anjos. Na concepção de Ferreira (2012, p.649), “afirmação étnica produz uma nova valorização da memória e das próprias histórias vividas” pelos negros. Nesse sentido, “identidade quilombola caminha na desconstrução da inferioridade que foi ideologicamente atribuída pelo sistema colonial a todos e quaisquer elementos da negritude” (FERREIRA, 2012, p.649).

<sup>9</sup>BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

<sup>10</sup> Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), um marco importante na estrutura do governo federal, uma conquista significativa para o fortalecimento da promoção da igualdade racial no Brasil.

<sup>11</sup>Disponível em: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 01 de dez 2020. No site do referido Ministério encontram-se também informações sobre temáticas relacionadas à mulher, tais como: violência contra a mulher, Educação, cultura e ciência, Saúde integral da mulher, Mulher e trabalho, Diversidade das mulheres, Ações internacionais, Mulheres do campo, da floresta e das águas, Poder e participação política, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Estatísticas de gênero, dentre outras. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/temas>. Acesso em: 07 de jan 2021.

No caso da Comunidade de Lagoa dos Anjos, pode-se destacar como uma estratégia de afirmação étnica e cultural a criação do grupo de dança denominado “Grupo de Dança Quilombo dos Anjos”<sup>12</sup>, composto por crianças quilombolas que têm levado sua cultura para vários lugares no município e circunvizinhos, apresentando-se até mesmo na capital do estado, ganhando reconhecimento nacionalmente. A visibilidade desse grupo levou-o a participar do programa de televisão da Rede Globo, “Como Será?”, exibido no dia 14 de setembro de 2019, dia em que esteve no cenário do programa a coreógrafa Carlúcia Alves e sua mãe, falando do projeto que tem o objetivo de valorizar a cultura da população negra.

Em tese, a certificação de uma comunidade remanescente de quilombo coloca em relevo a possibilidade do acesso às ações, aos programas e/ou às políticas públicas implementadas pelo poder público em âmbito federal, estadual e municipal. Entretanto, na prática, nem sempre isso se aplica. Enquanto as políticas públicas não chegam para todos e todas, as pessoas das comunidades vão-se organizando, criando estratégias de resistências para enfrentar as “situações-limites” (FREIRE, 1994) impostas pela sociedade desigual.

Na Comunidade Lagoa dos Anjos não é diferente, os moradores vão construindo suas estratégias de luta e resistência, a exemplo do grupo de dança já mencionado e o Grupo de Montaria Bridões de Ouro, que realiza a cavalgada na comunidade, o grupo Terno de Reis São Benedito, o coletivo de mulheres que produzem artesanatos na comunidade, as quais foram escolhidas para participar desta pesquisa.

Segundo Resistência (2022), o grupo de artesanato

surgiu assim, na época de tirar o CNPJ<sup>13</sup> da Associação, nós éramos reconhecidos, mas não eram registrados. A comunidade pensou que o reconhecimento era tudo, que nós não precisávamos, por ser quilombola, não precisavam do CNPJ, foi isso que foi colocado na nossa cabeça, nós nunca recebíamos nada, nunca via benefícios [...], que nós já tínhamos direitos, aí depois, chegou Jardiel Alarcon, representante de cultura em Guanambi, ele falou: “não, vocês precisam do CNPJ, o governo não reconhece ninguém sem CNPJ, não”. Ele foi na prefeitura, desengavetou os papéis e falou: “vocês precisam de alguma coisa, um artesanato, alguma coisa”. Minhas meninas pintavam, faziam um crochezinho, pintavam uma fraldinha, eu fazia um crochezinho. Ele falou: “tá muito pouquinho”, eu falei: isso não é problema, vou convidar as minhas colegas, mulheres que faziam em casa o artesanato.

Generosa relatou que a comunidade precisava demonstrar uma produção além da agricultura para o fortalecimento da comunidade e conseguir o CNPJ. Foi então que as mulheres que produziam artesanatos se juntaram. Com as orientações do Centro Público de Economia Solidária Sertão Produtivo (Cesol) elas foram-se organizando. Segundo Resistência, uma pessoa do Cesol que estava orientando a comunidade para conseguir o CNPJ da Associação, sugeriu que não poderia ter só o nome agricultores no nome da Associação, porque, senão, viriam coisas só para os agricultores, foi então que decidiram pelo nome Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos.”

As participantes relataram que a certificação da comunidade foi importante para demarcação e reconhecimento do território quilombola, mas as conquistas só começaram a chegar mesmo à comunidade com a retirada do CNPJ da Associação. As participantes nos relataram durante a entrevista coletiva que a comunidade já conquistou alguns benefí-

<sup>12</sup>O grupo surgiu em 2017, depois de uma reunião entre moradores e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Candiba, na perspectiva de dialogar sobre ações para as crianças e jovens da comunidade. Na época, Carlúcia era estudante do ensino médio do Colégio Estadual Antônio Batista, tinha sido convidada para reunir jovens da comunidade e fazer uma apresentação de dança para o Dia das Mães, a partir daí, nasce o Grupo de Dança Quilombo dos Anjos. Mais informações sobre o grupo estão disponíveis em: <https://agenciasertao.com/2019/07/19/grupo-de-danca-quilombo-dos-anjos-de-candiba-sera-atracao-no-programa-como-sera-da-globo/>. Site: <https://www.youtube.com/watch?v=mjfn0if2pom>. Acesso em: 08 de dez 2020.

<sup>13</sup>Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

cios a partir da retirando do CNPJ, tais como: crianças da comunidade já foram a Salvador, pela escola e pelo Grupo de Dança; a Casa de Farinha que receberam como parte da política para as mulheres, vinculada à Secretaria de Políticas Estaduais para Mulheres; receberam vinte quites de irrigação para proprietários de poços artesanais<sup>14</sup>. Estão aguardando alguns cursos que já conseguiram junto à referida secretaria, como curso para ensinar a trançar cabelos, ensinar a fazer acarajé, etc., além da prioridade da vacina contra COVID-19, como já foi explicitado. As artesãs explicitaram que, a partir da certificação e do CNPJ, a comunidade passou a ser respeitada, algo imprescindível para que os quilombolas tenham possibilidade real de garantia da sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Um aspecto dessa comunidade que merece evidência diz respeito à questão educacional. Com o processo de nucleação<sup>15</sup> e “ordenamento das escolas rurais”, ou seja, fechamento das escolas rurais e o deslocamento dos estudantes para as escolas da sede dos municípios em muitos municípios brasileiros, Candiba também passa por esse processo; então, as crianças e os jovens da Comunidade Lagoa dos Anjos se deslocam todos os dias para a sede do município para acessar os saberes escolares, como tantas outras crianças e jovens que residem no meio rural. No decorrer da entrevista coletiva, as participantes evidenciaram que sonham com um dia ter uma escola e um posto de saúde na própria comunidade.

Mesmo com toda dificuldade até o momento da pesquisa, três jovens da comunidade conquistaram o acesso ao ensino superior (por meio do sistema de cotas), em Enfermagem, História e Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia. São jovens lutando para ocuparem os espaços que são seus de direitos, mas que, ao longo da história do país lhes foram negados.

Para minha surpresa, na segunda vez em que visitei a comunidade, fui informado pela jovem que cursava Enfermagem que tinha desistido do curso e que estava estudando em casa para prestar o vestibular em Medicina, pois era o curso dos seus sonhos, portanto não queria fazer um curso apenas para ter uma formação universitária. Para minha alegria, no decorrer da pesquisa, recebi a notícia de que essa jovem tinha sido aprovada no curso de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Rio Grande do Sul, e sua irmã, que fazia História, também foi aprovada em Odontologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ambas, via sistema de cotas para quilombolas<sup>16</sup>.

Na história do Brasil, uma conquista do povo negro no aspecto educacional, em nível nacional, sobretudo no aparato jurídico normativo, destaca-se a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas nas escolas de todo o país. Podem-se marcar tais aprovações como relevantes conquistas no âmbito da educação étnico-racial. A partir de então, vai-se ampliando o debate teórico-prático das questões étnico-raciais no Brasil.

No caso da Bahia, segundo Macêdo (2015), a Secretaria de Promoção de Igualdade foi criada em 2006, e em 2007 a questão quilombola é inserida na agenda política do estado. No ano de 2009 a política estadual é instituída para as comunidades remanescentes de quilombo por meio do Decreto 11.850. (MACÊDO, 2015). A partir desse momento,

<sup>14</sup>Segundo as participantes, parte dos quites foi distribuída para pessoas de fora da comunidade, devido a não ter esse quantitativo de pessoas com poços artesanais na comunidade quilombola, e era um critério para receber o quite, ter um poço artesiano na propriedade.

<sup>15</sup>Segundo a Resolução Nº 2 de 28 de abril 2008, art. 3º, “§ 1º, os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades”. (BRASIL, p.54, 2008).

<sup>16</sup>A Lei nº 12.711/2012, chamada de Lei de Cota, obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. Desde que a primeira universidade resolveu adotar o sistema de cotas no Brasil, muitas instituições seguiram o mesmo caminho e priorizam estudantes que se enquadram em alguns critérios. Entre os beneficiados por este sistema estão candidatos oriundos de comunidades **indígenas e quilombolas**. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/cotas-para-indigenas-quilombolas.htm>. Acesso em: 25/04/2022.

várias ações (Fóruns, audiências públicas, seminários, etc.) foram empreendidas no contexto do Estado com participação de movimentos sociais, pesquisadores e governo para debater, pensar e implementar ações voltadas para a população quilombola (MACÊDO, 2015).

No caso do município de Candiba, onde se situa a comunidade lócus desta pesquisa, ao observar o Plano Municipal de Educação (2015-2025)<sup>17</sup>, constata-se que está presente nele, em várias metas e estratégias, a garantia da inclusão dos conteúdos da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas, nos currículos e ações educacionais conforme trazem as legislações de âmbito nacional. A efetivação desse direito tem sido um grande desafio para as redes de ensino. O problema do racismo e do reconhecimento da população negra ainda é uma realidade na sociedade brasileira e, por ser uma questão estrutural, foge do âmbito da educação para ser solucionado.

A questão da promoção da igualdade racial no Brasil<sup>18</sup> ainda está longe de ser alcançada, basta olhar para os dados das pesquisas, a exemplo da realizada pela Rede de Observatórios da Segurança, que monitora os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, publicada em dezembro de 2020 com o título “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo”<sup>19</sup>. Os dados desse estudo apontam que 97% dos mortos pela polícia na Bahia, no ano de 2019, eram negros, Ceará não notifica os mortos em 77% dos casos, em Pernambuco, 93% dos mortos pela polícia eram negros, Rio de Janeiro 86% e São Paulo, 64%. Fica visível a letalidade policial nesses estados, bem como a necessidade de reforçar o debate e as políticas públicas que possam operar por dentro e por fora do estado para combater o racismo sistêmico que mata pela cor da pele.

Dito isso, é necessário marcar que os movimentos reivindicatórios de direitos e de denúncias instaurados no país nos últimos tempos servem, sobretudo, para dar visibilidade aos problemas estruturais que afetam a população mais vulnerável. E exigir políticas públicas como a inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica, ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, a garantia e a valorização das especificidades das vivências e histórias dos povos negros, é fundamental para a construção de uma sociedade mais igual na garantia de direitos.

### **Práticas artesanais do grupo de mulheres da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos: aproximações e distanciamentos da economia solidária**

Neste tópico discutiremos a gestão das práticas artesanais do grupo de artesãs da Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos, destacando em que medida estas práticas se aproximam ou se distanciam da economia solidária. Neste contexto, antes de trazer para a reflexão questões mais específicas relacionadas à prática da produção de artesanatos do grupo de artesãs dessa comunidade, é necessário destacar que o advento da Revolução Industrial trouxe problemas para a esfera do trabalho, como desemprego, produção em massa e exploração da mão de obra (OLIVEIRA, 2008), dentre outros.

<sup>17</sup>Lei Municipal nº 260 publicada no Diário Oficial de 23 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação (PME) de Candiba, em consonância com a Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE).

<sup>18</sup>Em 2010 foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Este documento, além de sua expressão simbólica na luta da população negra, é um avanço material e jurídico na garantia das políticas de igualdade racial.

<sup>19</sup>Os números apresentados neste estudo comprovam que o racismo mata. No estado da Bahia, praticamente todos os mortos em ações policiais são negros. Os dados desse estudo foram coletados das secretarias estaduais dos cinco estados que compõem a Rede de Observatórios da Segurança e se referem ao ano de 2019. O Relatório da pesquisa está disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Novo-Relat%C3%B3rio-A-cor-da-viol%C3%A2ncia-policial-a-bala-n%C3%A3o-erra-o-alvo.pdf>. Acesso em: 09 de dez 2020.

Segundo Oliveira (2008), as mulheres, muitas vezes, são as maiores vítimas do desemprego, quando não, mesmo estando empregadas, são submetidas às mais variadas formas de trabalhos precários que não garantem às mulheres os direitos constitucionalmente garantidos, tampouco promovem a emancipação e o reconhecimento.

A inserção das mulheres nas relações de trabalho não se constitui em uma questão simples, pois, “além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho” (OLIVEIRA, 2008, p.325).

Na concepção de Singer (2005, p.83), “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego [...] no início do século XIX” na Europa. Singer (2005, p.83) ressalta que os empreendimentos solidários negam “a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo.”

As experiências de base solidária chegam ao Brasil tendo como base os ideais do cooperativismo europeu (MILANI e GRADE, 2018). Mas foi no Governo Médici que se criou o Decreto-Lei n. 5.764/1971, que regulou o funcionamento dos empreendimentos dos que trabalhavam pautados no cooperativismo. Nesse contexto, criou-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No governo Fernando Collor de Melo, surgem outros órgãos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e os Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER) urbanos e rurais, que pautaram as experiências de caráter autogestionário e popular, surgindo inúmeras formas de cooperativas, como as de produção, de comercialização, de trabalho, e também a construção de redes de economia solidária (IPEA, 2016).

Assim, o termo economia solidária vai-se afirmando à proporção que os empreendimentos solidários vão ocupando espaços e sendo reconhecidos por sua natureza cooperativa, solidária e autogestionária. As atividades econômicas “marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como ‘empreendimentos econômicos solidários’.” (IPEA, 2016, p.7). Assim, a economia solidária

[...] significou uma resposta aos inúmeros problemas ocasionados pela difusão das máquinas que ocorreu no período. Nesse processo, inúmeros trabalhadores foram destituídos de seus postos de trabalho por não terem a qualificação necessária para suprir as novas necessidades do processo produtivo. As que mais sofreram essas consequências foram as mulheres, pois eram as que menos tinham qualificação (OLIVEIRA, 2008, p. 328).

Desse modo, o que se tem visto no Brasil é que os empreendimentos econômicos solidários têm surgido como alternativas de uma práxis social que vai de encontro ao modo de produção capitalista.

[...] a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Estes experimentos sociais ao longo dos anos de sua constituição têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social (MILANI; GRADE, 2018, 147).

Diante da intensa desigualdade social, das relações de gênero e de trabalho, muitos movimentos têm surgido nas comunidades urbanas, sobretudo periféricas, e do campo, muitas vezes como estratégias de lutas frente aos variados processos de discriminação, enfrentados na vida social e nas relações de trabalho. “A economia solidária é um desses movimentos e teve repercussões enormes em várias partes do mundo” (OLIVERIA, 2008, p.328), consolidando-se

como um paradigma que se contrapõe ao modelo de economia baseada no lucro, na competitividade e no individualismo. A economia solidária tem-se destacado em nível mundial como uma possibilidade de geração de trabalho e renda, contribuindo para amenizar as desigualdades sociais e para a promoção de processos de interações sociais solidários, participativos e de emancipação social (OLIVEIRA, 2008).

É importante acrescentar, nesta reflexão, que muitas das experiências que se utilizam dos princípios da economia solidária surgem frente a uma situação de vulnerabilidade em que as pessoas se encontram e buscam caminhos alternativos para enfrentar as situações de precariedade impostas pelo modo de produção capitalista. Nesse movimento, novos processos produtivos são construídos por essas pessoas a partir da dinâmica organizativa e de luta pela reprodução social.

Segundo o mapeamento<sup>20</sup> dos “empreendimentos econômicos solidários” no Brasil apresentado no Relatório de Pesquisa do IPEA (2016), 19.708 empreendimentos foram identificados, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos empreendimentos, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de empreendimentos revisitados.

No total geral de empreendimentos mapeados, o Nordeste é responsável por 40,8%, as regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram proporções próximas, em torno de 16%, e o Centro-Oeste concentra o menor percentual, 10,3%. No que se refere ao espaço de atuação, 54,8% atuam em áreas rurais e 34,8% em áreas urbanas, e 10,4% identificaram que atuam em áreas rurais e urbanas, simultaneamente. (IPEA, 2016).

Outro aspecto importante que merece relevo diz respeito à questão de gênero. Do total de pessoas envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários levantados, 56,4% é do sexo masculino: 803.373, e 43,6% é do sexo feminino: 620.258. De todos os grupos pesquisados, os informais são os únicos com média superior de mulheres, 63,2%. Segundo o Ipea (2016), isso pode ser explicado pela questão de que muitas mulheres procuram uma ocupação para complementar a renda familiar e que possa ser conciliada com outras tarefas que ainda são majoritariamente desempenhadas pela população feminina, como os cuidados do lar.

Esse mesmo estudo sinaliza que não há como negar que os empreendimentos econômicos solidários são formados, em sua maioria, por trabalhadores e trabalhadoras que sofrem com as inúmeras adversidades impostas aos setores historicamente fragilizados pela sua condição subalterna na estrutura econômica. Nesse sentido, essas alternativas são vistas como possibilidades de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, que, muitas vezes, é sufocada e maltratada pela lógica do sistema capitalista. No entendimento de Oliveira (2008, p.328), “a economia solidária é considerada um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associação do capital e do direito à liberdade individual”.

É importante demarcar que, sendo as mulheres as mais afetadas pelo desemprego e pelas condições precárias de trabalho, como já mencionado anteriormente, Guérin (2005, p.17) ressalta que “as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizar e a se auto-organizar”. Todavia, em se tratando do Brasil, nem sempre os grupos de economia solidária formados por mulheres são formalizados, ou quando são, muitas vezes, não têm a figura da mulher como for-

---

<sup>20</sup>Em 2003 foi instituída no Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Desde sua criação o órgão tem a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Informações disponíveis em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: 30/04/2022.

malizadora do grupo, demarcando um aspecto do machismo presente na sociedade brasileira. Entretanto, é visível o protagonismo das mulheres na economia solidária como é apontado nos dados apresentados. Nobre (2003, p.2) destaca que “muitos grupos de mulheres populares em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo.”

Discutir essa perspectiva e debatê-la evidenciando o contributo da economia solidária no Brasil implica em dar-lhe o devido espaço, destacando sua importância como experimento social ao constituir práticas alternativas e possibilidades reais de organização diferenciada em um momento em que, mais uma vez, o capitalismo atravessa uma intensa crise, assinalando seu esgotamento como modo de produção para uma camada significativa da população que não consegue reproduzir sua vida nestas condições (MILANI; GRADE, 2018, p. 147).

No caso específico do grupo de Mulheres Artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, apesar de ele ter-se constituído na perspectiva do patrimônio cultural para a comunidade ter uma “força” a mais no processo de aquisição do CNPJ da Associação, percebe-se que o trabalho gestado pelas artesãs em alguma medida dialoga com a experiência da economia solidária, sobretudo nas dimensões da solidariedade, do fortalecimento da consciência coletiva, no compartilhamento de saberes e fazeres, haja vista que elas ensinam e aprendem juntas técnicas artesanais e fortalecem as relações de convivências, de amizades e complementam a renda familiar, como ficou evidente no percurso da pesquisa. Guerra e Toledo (2010, p.6): apontam que “a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades de geração de renda, cria a possibilidade de que mulheres se tornem proprietárias dos meios de produção”. Além disso, destaca-se a consciência política das mulheres, como ficou visível nas conversas que o pesquisador teve com as artesãs. Elas explicitaram em vários momentos que não gostam de política assistencialista para a comunidade, elas preferem que o poder público crie políticas públicas para a comunidade crescer a partir do protagonismo e trabalho dos moradores.

Faz-se necessário explicitar que o objetivo do trabalho não era buscar compreender as práticas de gestão das artesãs na perspectiva da economia solidária, obviamente que, no decorrer da pesquisa, com base nos dados, foi possível relacionar alguns elementos da experiência das artesãs com a economia solidária, bem como notar alguns distanciamentos; a título de exemplo, a produção artesanal é gestada de forma individualizada. O valor em dinheiro retirado do que é produzido pelas mulheres não é compartilhado entre as artesãs, cada uma produz em sua casa e vende seus próprios artesanatos, mesmo aquelas peças que são produzidas quando elas se reúnem no salão da igreja para produzir juntas. No decorrer da pesquisa nos foi relatado pelas participantes que às vezes, com o intuito de arrecadar algum valor para custear alguma atividade do grupo, elas decidem que cada uma produza uma peça para ser vendida para custear alguma atividade do grupo com o dinheiro arrecado.

Os dados da pesquisa apontam que o grupo não foi constituído para desenvolver a prática artesanal baseada nos princípios da economia solidária. O que nos parece é que não houve um processo de discussão e escolha por parte do coletivo de mulheres participantes da pesquisa em adotar os princípios da economia solidária, mesmo por parte daquelas que estiveram integradas ao grupo desde o seu surgimento, embora algumas artesãs tenham relatado, no decorrer das entrevistas (individual e coletiva), que o Cesol foi quem ajudou o grupo a conseguir o CNPJ da Associação, como podemos verificar na fala de Resistência a seguir:

Quem nos ajudou a ter o CNPJ foi o Cesol, quem deu o nome ao grupo do artesanato foi o Cesol, aquela Selma lá de Monte Alto. Ela veio uma semana inteira aqui, ela ficava o dia todo. Ela foi, arrumou um bocado de retalhos, quando ela chegou aqui, nós já tínhamos feito tantas coisas dos retalhos (RESISTÊNCIA, 2022).

Desse modo, considerando que o Cesol esteve com o grupo de artesãs no seu nascimento, orientando-as, entendemos que, talvez, de forma indireta, os fundamentos e princípios da economia solidária tenham estado presentes na constituição do grupo, como coletivo que operacionaliza atividades individuais e coletivas e proporciona emancipação social das mulheres, compartilha saberes, contribuindo para a melhoria da vida familiar. Segundo Guerra e Toledo (2010, p.5), as experiências coletivas são promovedoras do reconhecimento e da visibilidade das atividades das mulheres. Assim, fazer parte de um coletivo de mulheres quilombolas artesãs as coloca numa posição de destaque no contexto da sociedade local.

### **Considerações Finais**

Os dados apontam que o grupo das artesãs da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Artesanatos Quilombo Lagoa dos Anjos, embora não tenha surgido, em sua essência, para trabalhar com base nos fundamentos da economia solidária, em certa medida, o grupo mobiliza e aciona princípios que dialogam com este modo de produção, sobretudo, no desenvolvimento de ações solidárias, no compartilhamento de saberes e fazeres, no cultivo de amizades e consciência coletiva. Pode-se inferir que a prática artesã dessas mulheres é um modo de produção não capitalista, inserido no contexto de uma sociedade capitalista.

Esse coletivo de mulheres artesãs adotam estratégias que vão desde a escolha de aquisição das matérias-primas industrializadas, uma opção/imposição quando não é possível produzi-las; produzir sua própria matéria-prima, possibilitando ter o controle desse processo de produção desde o início; ou aproveitar os materiais recicláveis, uma possibilidade de utilização de matérias-primas muitas vezes descartadas de outros processos produtivos.

Em se tratando da experiência social protagonizada pelas artesãs participantes da pesquisa, espera-se que as reflexões tecidas neste trabalho possam subsidiar os fazeres-saberes artesanais deste coletivo de mulheres. Cada palavra escrita neste texto é composta de sentidos e significados para as participantes e para o pesquisador, que foi se constituindo pesquisador conforme os desafios impostos pela prática de fazer ciência.

Por fim, acerca dos estudos sobre a gestão das práticas artesanais protagonizadas por mulheres no contexto da comunidade quilombola, no nosso ponto de vista, necessita-se aprofundar o conhecimento das relações que são estabelecidas entre este grupo social e o poder público como ente que deve promover ações que garantam as condições necessárias para o desenvolvimento do modo de produção artesanal na perspectiva da economia solidária.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e a novas etnias. In: LEITAO, Sérgio. (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto socioambiental, 1999. p. 5-18.
- ANGROSINO, Michael. **Observação participante. Etnografia e Porto Alegre**: Artmed. 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa).
- BORGES, Luciana. Métodos qualitativos e quantitativos: conceitos, aproximações e divergências. In: **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p.49-75).
- ARAÚJO, Marli Gondim de. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de geografía | revista colombiana de geografía** | v. 21, n.º 1, enero-junio del 2012 | ISSN: 0121-215X | Bogotá, Colombia | p. 99-114.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887**. Brasília, DF: 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 11 de nov 2021.
- BRASIL. **Decreto 6.261 de 2007**. Brasília: 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.261%2C%20DE%20,Quilombola%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.261%2C%20DE%20,Quilombola%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 11 de nov de 2021.
- BRASIL. **Fundação Cultural dos Palmares**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/CCERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf>. Acesso em 18 de outubro.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Quilombolas**. In: CALDART, et al. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2012, p. 645-650.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- GUERRA, Ana Carolina; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha. **Economia Solidária e relações de gênero**: analisando uma nova relação de trabalho. XXXV ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: 25 a 29 de setembro de 2010.
- GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário. Edições Loyola, São Paulo: Brasil, 2005.
- IPEA. **Nota técnica - Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: 2016.
- JATOBÁ, Danielle. **Políticas públicas para indígenas e quilombolas**. Projetos “mapa da pobreza rural” e “políticas públicas e desenvolvimento rural”. Ago, 2015.
- LIMA, Patrícia de Mendes; NAZÁRIO, Roseli. Sobre a Luz do diafragma: a atribuição da fotografia na pesquisa com crianças. **Educativa**, Goiânia: v. 17, n. 2, p. 491-509, jul./dez. 2014.
- MACÊDO. Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico BA**: Indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. Salvador: Tese (doutorado em educação). Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. 2015, p.216.
- MILANI, Ana Maria Rita; GRADE, Marlene. A criação de espaços sociais como forma de luta das mulheres artesãs de alagoas: a experiência da economia solidária. **GEOSUL**. v.33, n.69. Florianópolis: 2018, p.139-164.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.9- 29.

NOBRE, Miriam. Mulheres e economia solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Editora Veraz, Unitrabalho. Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v.11 n.2, jul-dez, 2008, p.325-332.

SANTOS, Renato Emerson. **Quilombos**. In: CALDART, et al. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2012, p. 650 -656.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ed. 2005, p.81-129.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Ações Afirmativas no Brasil: 13 Anos de Lutas e Conquistas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. In: BRASIL. SEPPPIR-Promovendo a Igualdade Racial: Para Um Brasil Sem Racismo. Brasília. 2016. p.37-52

TAQUETTE, Stella Regina; BORGES, Luciana. Técnicas e instrumentos de coleta de dados e plano amostral. In: **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p. 94- 114).

TAQUETTE, Stella Regina. Análise de dados. In: **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p.117- 136).

TITTONI, Jaqueline; et al. A fotografia na pesquisa acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades de conhecer. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre: v. 13, n. 1, p. 59-66, jan./jun. 2010.